

## **LINHA DE TEMPO DAS POLÍTICAS INCLUSIVAS**

COMO A LEGISLAÇÃO ASSEGUROU OS DIREITOS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DO TEMPO, TENDO COMO PONTO DE PARTIDA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. Constituição de 1988 - (consultar o artigo 208).
2. Lei 7.853/1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social.
3. Lei nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
4. Lei nº 10.098/1994 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
5. Portaria nº 1.793/1994 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais.
6. Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.
7. Portaria nº 319/1999 – Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente.
8. Decreto nº. 3.298/1999 – Regulamenta a Lei no 7.853, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
9. Portaria nº 554/2000 – Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille.

10. Decreto nº 3.691/2000 – Regulamenta a Lei nº 8.899/96.
11. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
12. Lei nº 10.172/2001 – Aprova o Plano Nacional de Educação que estabelece vinte e oito objetivos e metas para a Educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.
13. Decreto nº 3.952/2001 - Conselho Nacional de Combate à Discriminação.
14. Decreto nº 3.956/ 2001– Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala).
15. Lei nº 10.436/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
16. Resolução do CNE nº1/2002 – Define que as universidades devem prever em sua organização curricular formação dos professores voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
17. Portaria nº 2.678/2002 – Aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
18. Portaria nº 3.284/2003 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

19. Resolução CNE/CP nº 1/2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores.
20. Resolução do CNE nº1/2002– Define que as universidades devem prever em sua organização curricular formação dos professores voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
21. Lei nº 10.436/2002 – Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão.
22. Portaria nº 2.678/2002 – Aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
23. Portaria nº 3.284/2003 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
24. Decreto nº 5.296/2004 – Regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível).
25. Decreto nº 5.154, de 2004 – Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.
26. Decreto nº 5.626/2005 – Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras.

27. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/2008 – Lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO.
28. Portaria nº 976/2006 – Critérios de acessibilidade os eventos do MEC.  
Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) /2007. Traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado.
29. Decreto Nº 6.214/2007 - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência.
30. Decreto nº 6.094/2007 – Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.
31. Decreto nº 6.214/2007 – Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência.
32. Decreto Nº 6.215/2007 - institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD.
33. Lei nº 11.788/2008 – Sobre a participação de alunos de ensino especial em atividades de estágio.
34. Decreto Nº 186/2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2000.
35. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva/2008. Brasília: MEC/SECADI

36. Decreto nº 6.949/2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Esse decreto dá ao texto da Convenção caráter de norma constitucional brasileira.
37. Resolução nº 4 CNE/CEB//2009. – Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. (Consultar artigo 5).
38. Resolução CNE/CEB nº 4/2010- Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
39. Decreto nº 7.612/2011 – Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
40. Decreto nº 7.611/2011 – Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.
41. Plano Nacional de Educação (2014-2024) - (Consultar Meta).
42. Lei nº 12.764/2012 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
43. Decreto nº 186/2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
44. Parecer CNE/CEB nº 2/2013 - MEC, Brasília, 2013. Ministério da Educação. Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

45. Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
46. Lei nº 13.234, de 29/2015 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.
47. Lei nº 13.409, de 28/2016.- Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
48. Portaria Normativa nº 9/2017.- Altera a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012 sobre a Política de Cotas.

## DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

1. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes/ONU/1975.
2. Conferência Internacional do Trabalho/1983.
3. Declaração Mundial de Educação para Todos/1990.
4. Declaração de Salamanca/1994.
5. Carta para o Terceiro Milênio/1999.
6. Convenção da Guatemala/2001.
7. Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão. Quebec/Canadá/2001.
8. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/2006 – Aprovada pela ONU.